

<b>Ata de Reunião Ordinária da Câmara Temática de Agropecuária, Pesca e Economia Solidária do CONDESB</b>	<b>N° 004/2024</b>
---	--------------------

<b>DADOS GERAIS</b>		
---------------------	--	--

<b>Data: 17/10/2024</b>	<b>Local: por videoconferência</b>	<b>Horário: 09h30</b>
-------------------------	------------------------------------	-----------------------

**Tipo de Reunião:** Ordinária de Trabalho

<b>Lista de Participantes:</b>	
--------------------------------	--

<b>Nome</b>	<b>Órgão</b>
Hemerson Fernandes Calgaro	Secretaria de Agricultura
Ubiraci Loureiro	Prefeitura de Mongaguá
Rogério Vieira	Prefeitura Cubatão
Luciano Sant'anna	Prefeitura Guarujá
	Prefeitura de São Vicente
	Prefeitura de Peruíbe
	Prefeitura de Santos
	Prefeitura de Bertioga
	Prefeitura de Itanhaém
	Prefeitura de Praia Grande
André Luiz Sodré	Agem/Condesb
Eugenio Neves Spera	Agem
Ana Beatriz	CATI Catanduva
Carlos Augusto Scacchetti de Almeida	CATI São Paulo
Hirla Carneiro	CATI São José do Rio Preto
Guilherme	CATI Santos
<b>Convidados:</b>	
Rita Coelho Gonçalves	Gabinete Secretaria Estadual de Agricultura

<b>Pauta divulgada em:</b> 11/10/2024	<b>Reunião iniciada às:</b> 09h43	<b>Término da Reunião às:</b> 11h58
--	--------------------------------------	--

<b>PAUTA</b>
--------------

Item I – Leitura, discussão e aprovação das atas anteriores;  
Item II – Regulamentação da Lei Estadual 11.165/2002;  
Item III – Outros assuntos de interesse regional.

<b>REGISTROS</b>
------------------

- O Coordenador abriu os trabalhos, falando da importância das 3 frentes da câmara temática, a pesca, agricultura e agropecuária;
- Em seguida pediu que os demais se apresentassem;
- O Sr. Carlos se apresentou e disse que é a primeira vez que participa da reunião e que trabalha na CATI há 13 anos;
- A Sra. Hirla Carneiro se apresentou em seguida e agradeceu pelo convite, também é sua primeira participação na reunião e trabalha na CATI de São José do Rio Preto;
- Em seguida se apresentou o Sr. Luciano Sant'anna diretor de pesca da prefeitura do Guarujá;
- O Sr. Ubiraci Loureiro engenheiro agrônomo da secretaria de agricultura e meio

## REGISTROS

- ambiente de Mongaguá se apresentou;
- A Sra. Ana Beatriz da CAT Catanduva, se apresentou e se prontificou a ajudar nas reuniões com os pescadores e a construir o decreto;
  - o Sr. Rogério Viera da secretaria de desenvolvimento e emprego de Cubatão se apresentou e justificou a ausência das últimas reuniões;
  - O Sr. André Sodré fez uma breve explicação aos novos participantes, de como funciona a câmara temática, onde os nove municípios da baixada santista mais a sociedade civil, por meios das Universidades, entidades e cooperativas participam das reuniões;
  - Na sequência do o coordenador pediu para a senhora Rita se apresentar e tomar a palavra a respeito da regulamentação da Lei Estadual 11.165/2002;
  - A Sra. Rita se apresentou como assessora técnica do gabinete;
  - Ela começou a apresentação, narrando que em 2013 quando teve o problema da maré vermelha, se percebeu o GAP para a regulamentação do estado e proteção dos pescadores e começaram a estudar sobre a legislação;
  - No governo do então governador João Dória, abriu se a oportunidade para fazer a regulamentação, porém na primeira tentativa por falhas na própria lei que era muita antiga;
  - Em 2023 com o acidente em São Sebastião, Ilha Bela e Bertioga, o governo junto com a casa civil, retornaram com a questão da regulamentação da lei, pois os pescadores reclamaram que se a lei estivesse regulamentada eles teriam mais proteção;
  - Ela destacou que a lei federal foi embasada na nossa lei estadual e que o foco principal da regulamentação é proteger o meio ambiente e ao mesmo tempo garantir o direito de acesso das comunidades, diretamente dependentes dos recursos ambientais comuns;
  - Outro ponto a se regulamentar era o código de pesca;
  - Ela relatou que não tem como apenas regulamentar a pesca artesanal, pois ela vai esbarrar na pesca comercial e industrial que já possuem muitas regulamentações;
  - E que no decreto a ideia é proteger dentro da regulamentação industrial a pesca artesanal;
  - Ela solicitou a ajuda do pessoal presente do CATI, pois os problemas referentes a pesca artesanal, não acontecem apenas com os pescadores do litoral, mas também com os pescadores do interior e o CATI conhece melhor a realidade dos pescadores de cada região;
  - Explanou também que foi solicitado a inclusão do pescado na cesta básica e na merenda escolar, além da fiscalização da pesca;
  - Ela ressaltou também a importância da criação de conselhos regionais, para se tratar de assuntos específicos de cada região do estado, estabelecer convênios, cadastrar pescadores e agricultores, cadastrar as embarcações e as unidades de produção;
  - A Sra. Ana Beatriz perguntou se foi recebido alguma demanda pra separar a pesca da aquicultura;
  - A Sra. Rita respondeu que sim, porém a lei trata da pesca e da aquicultura juntas e que na região de Iguape, eles até pediram reunião junto com os aquicultores;
  - Ela cita ainda que a prefeitura de Santos quer auxiliar na construção de um fundo

## REGISTROS

- da pesca, e com aplicação de multas que retornem dinheiro para políticas voltadas a pesca e que o procurador da cidade ajudou a escrever os artigos do decreto;
- Falou que o objetivo geral é regulamentar essa lei de 2002, que institui o código de pesca e aquicultura do estado de São Paulo;
  - A Sra. Ana Beatriz indagou se poderia enviar o resumo para a associação da Peixe SP;
  - A Sra. Rita respondeu que eles já têm, inclusive que eles têm acesso à planilha de toda a legislação revisada. Inclusive a Rita disse que quando maior o número de pescadores tiverem acesso seria melhor;
  - Disse ainda que o objetivo da política estadual da pesca é promover a pesca e aquicultura como fontes de alimentação, emprego, renda, esporte, lazer e pesquisa com o uso sustentável dos recursos pesqueiros e proteção ao meio ambiente;
  - A Sra. Rita ainda disse que não dá para comparar a pesca do estado de São Paulo com a de outros estados e que é preciso descentralizar isso e colocar em uma política nacional abrangente e que os estados tenham o poder de conseguir trabalhar esse assunto, cada um dentro de sua realidade;
  - Explicou sobre precisar trabalhar muito na questão da educação, tanto aos técnicos, dos pescadores mas também da população sobre o que é a pesca e a aquicultura e o potencial períodos de defeso. Pois são pescadores que estão deixando de trabalhar, deixando de ter renda por uma demanda do estado;
  - Ela explica que aonde o estado proibi deles terem renda por causa do defeso ou da maré vermelha, o estado tem que proteger para que as pessoas não passem fome;
  - Também citou sobre o estímulo de novas tecnologias pesqueiras que sejam ambientalmente e socialmente sustentáveis e que há financiamento público para aquisição desses equipamentos através do FIAP e benefícios fiscais;
  - A Sra. Rita fala que o ordenamento deve levar em conta as necessidades dos pescadores, das famílias envolvidas na pesca assegurando um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável;
  - Ela solicitou que os municípios passem a ela os problemas enfrentados, como no caso dos pescadores que foram pescar e só conseguiram pegar lama, devido a um incentivo de industrialização que afetou o meio ambiente, uma vez que a CETESB faz um levantamento diário da qualidade da água, pode ser feita análise sobre a questão das políticas públicas;
  - Sobre a legislação foi falado que em São Paulo, não tinha política pública sobre a Embrapa e que foi preciso achar uma alternativa para se implantar acordos de pesca;
  - Com esses acordos de pescas pode se criar acordos locais ou regionais, fazendo com que junto com pesquisas voltadas as necessidades dos pescadores, consigam avaliar os impactos desses acordos na vida deles
  - Ela ressalta ainda que um grande gargalo que temos hoje em nossa região é a falta de identificação e rastreabilidade que agregue valor ao pescado. Saber de qual pescador, de qual barco, qual data foi pescado o produto e isso esbarra na legislação sanitária que é uma lei superior;
  - Além da rastreabilidade ela ressalta que é preciso também, estimular o agro

## REGISTROS

jovem, fazendo com que os jovens tenham interesse na pesca, mas não somente na pesca, mas gerindo uma empresa, com computador, logística, tratamento de água, fabrica de gelo. Assim como é feito na agricultura que os jovens saem durante um tempo e voltam com novas tecnologias trazendo nova realidade para a comercialização;

- Pois se com essas políticas públicas voltadas a pesca, perceber que tem pescador vendendo seus barcos e saindo dessa atividade pesqueira é sinal que alguma coisa deu muito errada nessas políticas e é preciso rever com urgência
- O objetivo é discutir e propor soluções para o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura com representantes do governo e da sociedade civil;
- Outra coisa apontada por ela é a diferença entre o litoral sul, litoral norte e litoral centro. Com isso é preciso criar conselhos regionais para entender a realidade de cada região. Esses conselhos vão definir quem será o seu representante no conselho estadual, alguém que seja representante dos pescadores
- O departamento de pesca junto a CATI, tem o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira por meio de ações com preservação de ecossistemas, incentivos a pesquisas, profissionalização e capacitação dos trabalhadores. Além de fiscalizar e regulamentar as atividades pesqueiras. Instituição do registro da atividade pesqueira, para quando a polícia for abordar o barco, saber as informações tais como o nome do proprietário, onde a embarcação está registrada, nome do barco e saber quem são os pescadores, para que os mesmos não sejam tratados como bandidos;
- Pois segunda ela quando acontece um acidente o ministério público não vai na esfera federal e sim no estado e nos municípios querendo saber quem são os pescadores, quantos eles são, quanto ganham, se estão regularizados.
- Ela ressaltou por fim que estão na fase de construção dos processos administrativos e que leva um pouco mais de tempo, devida a reforma administrativa que está acontecendo no estado;
- Após a explanação da senhora Rita o Sr. André perguntou se existe uma previsão de conclusão desse trabalho de regulamentação;
- Ela respondeu que tem sim, pretendem entregar a prévia de sse decreto para as secretarias de desenvolvimento social e meio ambiente e para a secretaria de turismo até o final do mês de novembro;
- Na sequência o coordenador, perguntou ao senhor Luciano se ele tinha alguma contribuição a dar sobre o tema;
- O sr. Luciano disse que não tinha nada a acrescentar e apenas agradeceu o coordenador e a Sra. Rita por lutar pelas necessidades dos pescadores e que fica com o coração cheio de esperanças com a participação de todos;
- A Sra. Rita pegou a palavra novamente e disse que o pessoal da assembleia legislativa pediu uma audiência quando o projeto estivesse pronto, e ela ressaltou que eles vão depender dos pescadores para estarem lá, conversarem com os seus deputados para que esse projeto saia do papel;
- Em seguida o Sr. Hemerson tomou a palavra e fez as suas considerações sobre o tema e depois passou a palavra aos demais participantes;
- O senhor Carlos agradeceu pela explicação da Sra. Rita e disse que ele tem pouco a contribuir, pois está apenas como ouvinte passivo, mas que ele vê um trabalho

## REGISTROS

da secretaria com muitas metas para elaboração desse decreto regulamentador e que dependem muito diálogo participativo com as colônias de pescadores. Depois indagou se o levantamento que foi feito pela Lupa que parou na CATI serviu para alimentar essas informações;

- A Sra. Rita respondeu que tem um conhecimento que alguns colegas naquele GT gigante que foi feito uns anos atrás, ficou parado e com isso o diretor teve a ideia e trouxe essa questão, e que isso foi um pedaço do que a lei realmente trata e que o IBGE também está acompanhando;
- A Sra. Ana Beatriz relatou que a CATI não tem mais gente suficiente trabalhando, e que a CATI faz o trabalho e o IEA apenas trabalham esses dados e que ficam sem eles ficam sem o acesso a esses dados trabalhados, mas que é muito importante se fazer um levantamento para que se possa fazer um bom trabalho;
- A Sra. Rita respondeu que espera que consigam esse projeto junto com o IBGE;
- O Ar. André, tomou a palavra, perguntando se mais alguém tinha alguma pergunta específica para fazer e agradeceu a Rita por todas as colaborações;
- o coordenador colocou a ata da última reunião em votação e como todos já haviam recebido anteriormente foi aprovada;
- Após a aprovação da ata, se encaminhou para os informes;
- O senhor Ubiraci parabenizou a senhora Rita pela apresentação, e lembrou que estávamos no dia da alimentação e que ele é membro da secretaria executiva do observatório de segurança alimentar e nutricional da baixada santista, e que começaram desde o ano passado as conferências regionais e deixou um convite a todos os presentes para o lançamento desse observatório regional do estado de São Paulo. Que tem como referência o de São Paulo, que foi criado em torno de um ano e fez um adendo no que foi falado pelos outros participantes que eles também têm os mesmos problemas quanto a falta de informação e acesso aos dados. E que uma das ideias do observatório é mapear os nove municípios da baixada santista e provocar novas políticas públicas que possam atender a região;
- Relatou ainda que o lançamento do observatório vai ser dia 19 de outubro na parte da tarde na UNIFESP em Santos com a presença do idealizador do projeto;
- O coordenador agradeceu pelas palavras do Sr. Ubiraci e disse que disponibilizou via chat a programação da semana da alimentação
- E não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada pelo Coordenador.

Santos, 17 de outubro de 2024

**HEMERSON FERNANDES CALGARO**  
Coordenador da Câmara Temática

Eugenio Neves Spera

